

Jornal: um modo de presença

NORMA DISCINI

Resumo Considerando o jornal uma totalidade de discursos, que supõe uma unidade de sentido, de modo a apresentar o todo em cada parte, é apreendido um modo de presença da enunciação, sempre pressuposta a qualquer enunciado, a partir da leitura de primeiras páginas e da chamada página de opinião, com os gêneros "editorial" e "charge". Um *ethos*, um estilo, emerge para cada um destes dois jornais: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Palavras-chave enunciação, enunciado, totalidade, *ethos*

Abstract Considering the newspaper as a totality of discourses, which implies a unity of meaning, so as to allow the participation of the whole in each part, it is apprehended a kind of presence of the enunciation, always presupposed to any text, from the reading of first pages and the so-called opinion page, with the genres "editorial" and "charge". An *ethos*, a style, emerges to each one of these newspapers: *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*.

Key words enunciation, text, totality, *ethos*

DO ATOR DA ENUNCIÇÃO

Vamos pensar no jornal como uma totalidade de discursos, o conjunto de mais de um texto, que supõe uma unidade de sentido. Poderemos depreender um modo de presença do "eu" pressuposto à totalidade enunciada, o sujeito da enunciação, pela observação das relações estabelecidas na construção do sentido. O modo de presença, nessa perspectiva, será depreendido da análise que busca um modo recorrente de avaliar e interpretar o mundo, sob a responsabilidade do narrador que, instaurado no enunciado da totalidade, sem dizer "eu", referencializa a enunciação no mesmo enunciado. A recorrência das mesmas "apreciações moralizantes" sobre o mundo constrói tal referencialização, contribuindo para o traçado do ator da enunciação. Para que possamos aceder à corporalidade desse ator, entendemos tais "apreciações moralizantes" como todo julgamento feito por um observador social, cujo critério será o sentido da medida, ao julgar meliorativa ou pejorativamente o mundo.¹

O ator da enunciação, depreensível de um jornal, corresponde então a um efeito de sujeito, a um simulacro do "eu" que fala, não a um indivíduo biografado ou a um autor empírico. Trata-se de ator tematizado e figurativizado. Tematizado, porque é a reunião de temas recorrentes de um conjunto de discursos. Tais temas vêm de transformações de valores axiologizados, isto é, revestidos com o julgamento do Bem ou do Mal, valores resultantes da fidúcia, da crença de um sujeito em um objeto, do julgamento que esse sujeito faz do que lhe é dado perceber do mundo. Importa que se narrativizam tais valores, na (re)construção do sentido, enquanto espetáculo, do fazer e do ser humanos, que é o que constitui o nível narrativo. Confirma-se assim o objeto de valor, com o qual o sujeito entra em junção e, sob as luzes do discurso, tal objeto apresenta-se definitivamente historicizado e ideologizado. Vem daí o tema, que subsidia manchetes, fotos, legendas, editoriais, charges, apenas para falar das primeiras páginas.

Mas, como vemos, a assunção de valores por um sujeito já se projeta, ainda que virtualmente, desde o nível fundamental, naquele julgamento referido. A direção tímica do sentido não se estabelece descolada de grades culturais. Dizemos isso, a fim de alertar para essa tematização do ator da enunciação que, seguindo um rumo "x" e não "y", é o simulacro de formações ideológicas discursivizadas e, enquanto reunião de temas, depende da colocação em discurso de determinados valores soci-

1 Sobre o narrador implícito, que interpreta atos de atores do enunciado, em *função de um dado ponto de vista sobre o porquê das ações humanas*, ver Fiorin (1996: 66).

ais e "individuais"; colocação esta, aliás, realizada pelo sujeito da enunciação, ele próprio efeito de sujeito. Esse jogo de vai-e-vem, enunciado / enunciação, resulta na *praxis* enunciativa, determinante de um modo de ser de uma totalidade.

Afirmamos que o ator da enunciação é figurativizado, logo ele concretiza temas. Ele é um antropônimo, o que significa dizer que tem um corpo. Pensamos na antroponímia desse ator, em princípio, enquanto *ethos*, com caráter e corporalidade: um *ethos*, por exemplo, que grita, porque hiperbólico, de jornais da imprensa dita sensacionalista, que se corporifica por ocupar de maneira própria um espaço social, opõe-se a um *ethos* eufemístico e que fala baixo, de jornais da imprensa dita séria. Não esquecendo que o *ethos* é deduzível de uma maneira de dizer e que emerge do dito, lembremos Maingueneau; ao falar em *ethos*, refere-se o autor à "*conformidade estreita entre uma maneira de dizer e uma maneira de se inscrever 'carnalmente' (destaque nosso) no mundo*" (1995: 145).

É preciso depreender o autor implícito a uma totalidade, como um sujeito que não só reorganiza o mundo a seu modo, como é arquitetado pelo próprio discurso. Importa não perder de vista uma continuidade e uma duratividade dessa reorganização, que se apóia na recorrência de um fazer-saber, de um fazer-criar, de um fazer-fazer, de um fazer-ser. Importa também que o ator do qual falamos não só se define, como se identifica pela totalidade de seus discursos. Ratificamos um efeito de identidade, que remete a um efeito de identificação; ambos, objetos semióticos, passíveis de ser reconstruídos pela análise que observa o plano do conteúdo vinculado ao plano da expressão, pois é desse modo que se pode reconstruir qualquer efeito de sentido.

O efeito de identidade firma-se no todo e nas partes, de modo que um conjunto de procedimentos recorrentes na construção de duas ou mais páginas de determinado caderno de um jornal constrói um sentido comum a esse jornal. Esse efeito pressupõe outro, o da identificação ou o do reconhecimento. Ao se reconhecerem, enunciatário e enunciatário se reconstróem mutuamente. Por meio de estereótipos identificadores, ambos os *estrategistas* discursivos procedem a uma *interação concertada*, tomando expressões de Landowski (1992:181). Os estereótipos referidos radicam-se em regularidades imanentes, como resposta a uma regularidade de um determinado olhar sobre o mundo.

Falando do ponto de vista do enunciatário, do leitor do jornal, vemo-nos, em princípio, diante de um percurso de sanção cognitiva. A leitura corta a totalidade, determinando partes, como, por exemplo, a página dita "de opinião", em que se insere o editorial e, em alguns casos, a charge. Esse é o recorte a ser feito, por meio do qual serão cotejados dois jornais: *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Pensando no editorial e na relação com a página que o acolhe e é por ele acolhida, é interessante observar, como mecanismo de re-significação, o contexto da página, lembrando que o discurso apenas existe contextualizado. Nesse sentido, não podemos deixar de observar na página do editorial da *Folha*, ao alto e à direita do primeiro editorial, colorida, a charge política, localizada também no topo de um conjunto de três crônicas, que se avizinham à direita, com um artigo assinado. Sob esse artigo, destaca-se pequeno espaço, normalmente de 10cm X 4cm aproximadamente, para a seção "Frases", em que se selecionam, do próprio jornal, frases de conteúdo irônico, cujo alvo costumam ser personagens da vida pública brasileira. A charge e o editorial da *Folha* costumam recuperar a sintagmática da mídia, figurativizada e selecionada nas manchetes de primeira página. Editorial e charge têm, cada qual, especificidades, como texto e como discurso.

A charge apresenta-se com os recursos do sincretismo, pois se constrói por meio de duas substâncias, que se mantêm discretas, a do verbal e a do visual, mas que são sincretizadas em uma forma única: tanto no plano da expressão, quanto no plano do conteúdo. Esse texto sincrético, em que o sentido é construído pela relação do visual com o verbal, firma-se como predominantemente figurativo; nele, as idéias se concretizam por meio das figuras, que são representações do mundo dado como cognoscível, o mundo natural. A charge se consolida ainda como texto descritivo, pois fixa uma cena no tempo; irônico, pois freqüentemente é negado pela enunciação o que é afirmado no enunciado; parodístico, na medida em que as figuras construídas "mostram" figuras de base, que são subvertidas intertextualmente: na expressão, pela refração em escala diferente; no conteúdo, pelo efeito do ridículo.

A propósito, na *Folha*, esse efeito constrói, como alvo da irrisão, os políticos do poder constituído: o Presidente da República; o Ministro da Economia, entre outros. É o que fazem as charges, por exemplo, dos dias citados a seguir:

- 4 de maio de 2000 - o presidente FHC esmaga manifestantes do MST com pés hiperbolizados;
- 7 de maio de 2000 - o presidente FHC, com um olho de cada cor, extermina os sem-terra com um *spray*;
- 8 de setembro de 2001 (dia posterior à data comemorativa da Independência do Brasil) - o ministro Malan, da Economia, desce do avião e, perguntado "por que comemorar o dia da Independência nos EUA", responde que "no dia 4 de julho estava no Brasil";

- 29 de outubro de 2001 - o presidente FHC e a esposa contemplam uma vitrine em liquidação, em que se exibem pijamas e pantufa. D. Ruth sugere que o marido deve aproveitar: *"Afinal essa sua faixa (presidencial) já deu o que tinha que dar!"*
- 11 de agosto de 2002 (dias posteriores ao acordo entre Brasil e FMI, por meio do qual foi feito empréstimo de 30 bilhões de dólares ao Brasil) - o presidente FHC, como se esquiasse, vestido de gorro e cachecol, e com um sorriso a atravessar-lhe as feições, sobrevoa pacotes arredondados e verdes que, na ambigüidade dos traços, podem ser recipientes de dólares ou de bombas.

Importa a concretude da charge, em oposição à tematização predominante do editorial. Nela, os atores do enunciado se figurativizam distorcida e hiperbolicamente, para representar com jeito bufão recorrente o "ele" debreado pela enunciação. Por meio de tais figuras, aliás, a enunciação pode esconder-se e proteger-se de possível censura, graças ao ninho da impunidade a abrigar o riso. Importa ainda o "longe", o "então", que juntamente com o "ele" debreado simulam uma enunciação ausente e descomprometida com o que diz. Assim a charge constrói a própria eficácia: fazendo-se crer distante. Diferentemente do editorial, não constrói a ilusão referencial, analisando o mundo pela discussão dos temas, mas o faz pela recriação desse mundo e pela concretização desses temas.

O editorial, por sua vez, constrói a ilusão referencial num simulacro em que o comportamento interpretativo esperado do leitor é, por exemplo, o daquele que está com os pés mais fincados na lógica, não sendo afeito ao aparente *non-sens* da charge; o mundo, para ele, deve ser e parecer verdadeiro. Na charge, inscreve-se o leitor acostumado a buscar um sentido, que permanece em segredo por trás da figura caricaturada. Há, ainda aí, para que se cumpra a crítica jocosa, além do simulacro do dizer verdadeiro, a construção do verossímil, ou seja, outro simulacro sobreposto. No editorial, é construída a crítica séria; na charge, a crítica bufona. Nada gratuito, como não o é o fato de estarem lado a lado, na mesma página "de opinião", charge, editorial e crônica na *Folha de S. Paulo*.

A materialidade do significante, relevância do texto visual, e não de um texto feito para analisar, discutir e comentar dados da "realidade" midiática, como é o caso do editorial, confirma outras especificidades do editorial e da charge. Tal materialidade, que firma, na charge, a conotação do dito, faz com que as figuras plásticas e verbais, em sincretismo, além de referencializar o sentido, recriem-no, ou construam um sentido segundo. Importa que se cumpram os objetivos de cada texto: no editorial, predominantemente temático, *"classificar e organizar a reali-*

dade significativa, estabelecendo relações e dependências temáticas"; na charge, predominantemente figurativo, "representar o mundo", tomando para nós expressões de Barros (1988: 116).

Na charge, o corpo debochado, construído no enunciado, remete, por conseguinte, ao modo de ser do ator da enunciação. A voz delegada do narrador implícito no enunciado interpreta o mundo melhorativamente, segundo o eixo "mediania/baixaiza", que se opõe ao eixo da "eminência/alteza"; no primeiro eixo, é euforizada a "ordinariedade"; no segundo, a "extraordinariedade". Confirmando que o todo está na parte, notamos que a charge remete à totalidade *FSP*, de cuja narratividade é depreensível um sujeito conjunto a um objeto, que o constitui, mas conjunto, no modo da distensão / eutensão, firmando uma espera relaxada, oposta à tensa. Assim se constitui o simulacro da totalidade, fundante do estilo do jornal, como tom próprio da voz, que constrói editorial, primeira página, o jornal inteiro, enfim; no caso da *Folha*, um tom relativizador. Aliás, não é à toa que a *Folha*, do mesmo dia 8 de setembro de 2001 já citado, apresenta, em toda a extensão do segmento superior da primeira página, ocupando quatro colunas, a seqüência de fotos de autoridades assistindo ao desfile patriótico: D. Ruth, ao lado do marido, o presidente, bocejia; Marco Maciel, vice-presidente, e Geraldo Alckmin, governador, também o fazem. Desvela-se, nas relações de sentido construídas pelas fotos e diagramação da primeira página, a artificialidade do simulacro do papel das autoridades políticas, enquanto se revela, pelo modo recorrente de avaliar o mundo, o caráter do ator da enunciação, como o que detém o papel do malicioso, convergente para o do suspeito. Para tanto, a malícia do fotógrafo flagrou um "fracasso" do sujeito, que deve-parecer e querer-ser impecável, pelos valores da autoridade pública, partilhados entre destinatário-sujeito e destinador-opinião pública.

Aliado a tais mecanismos da construção do sentido, está o editorial desse jornal, em que se configura a relatividade retórica, como estratégia argumentativa. Eis uma enunciação que sabe o que quer, por isso institui o simulacro de um narrador relativo. Trata-se de um dever parecer e ser sereno. Importa que um modo próprio de fazer-creer, de fazer-saber, de fazer-fazer constitui diferenças em relação ao *Estado*, que mantém, no simulacro da certeza, em que coincidem enunciator e narrador, as figuras dos autodenominados paladinos das instituições, como está na explanação do selo *EX-LIBRIS*². É preciso coerência, para construir um corpo, uma voz, um caráter.

2 *EX LIBRIS* - o selo do jornal *O Estado de S. Paulo*, apresenta, entre os comentários, a seguinte explicitação: "No dia 4 de janeiro de 1875, saía de uma velha máquina Alauzet plana o primeiro

Uma referencialização diferenciada da enunciação no enunciado, entre a *Folha* e o *O Estado*, reflete e refrata diferentes "realidades", apontando para diferentes formações ideológicas, nessa página que, em *O Estado*, chama-se "Notas e Informações". Tais diferenças, no modo de dizer, são subsidiadas por diferentes escolhas de percursos temáticos e figurativos para (re)construir o mundo enquanto enunciado. Para a compreensão do modo de existência de cada totalidade, mais, portanto, do que a oposição do dito, interessa a do dizer, depreensível como recorrência do próprio dito. Vamos ao dito.

Tomemos inicialmente o primeiro parágrafo de um editorial de *O Estado*, *O uso equilibrado da força*, publicado em data comemorativa dos 500 anos de Descobrimento do Brasil, dia 25 de abril de 2000, p. A3:

Quem der crédito aos *slogans* e declarações dos representantes dos movimentos ditos populares e de resistência que se deslocaram para Porto Seguro com a finalidade explícita de tumultuar a comemoração oficial dos 500 anos de Descobrimento do Brasil acreditará, também, que nada de bom aconteceu ao País, desde que Pedro Álvares Cabral aportou na Bahia e que o presidente Fernando Henrique Cardoso é o único e exclusivo culpado pelas mazelas cinco vezes centenárias que afligem o Brasil.

Interessante é desdobrar esse parágrafo, para que se verifique um modo próprio de uma enunciação se enunciar. Explicitando os implícitos numa simplificação didática, obtemos esta segmentação do parágrafo referido:

1. houve uma comemoração oficial dos 500 anos do Descobrimento;
2. movimentos ditos populares se deslocaram para Porto Seguro;
3. esses movimentos tinham a finalidade explícita de tumultuar as comemorações;
4. esses movimentos tinham *slogans*;
5. esses *slogans* diziam que nada de bom aconteceu no Brasil nesses 500 anos;
6. aconteceram, entretanto, coisas boas no Brasil nesses 500 anos;
7. esses *slogans*, portanto, mentem;

número do jornal *A Província de São Paulo*. (...) Negros libertos trabalhavam à luz de velas espetadas nas caixas de composição - uma tiragem de 2 mil exemplares, para uma cidade que na época tinha 25 mil habitantes. Três anos depois, *A Província* ganhava um jornalista pioneiro. Como não havia se dado bem como auxiliar de impressão, Bernard Grégoire saía pela São Paulo da época, a cavalo, anunciando o jornal com o som rouco de uma buzina de chifre. Por um tempo, serviu de correio, distribuiu cartazes, montou uma pequena biblioteca. Um dia desapareceu, mas sua figura folclórica acabou sendo usada pelo artista plástico J. Wash Rodrigues na criação do selo Ex-Libris, que é a marca do jornal até hoje" (<http://www.estado.com.br/inst/inst1.html>).

8. esses *slogans* culpam FHC por todas as mazelas que afligem o Brasil;
9. as mazelas que afligem o Brasil têm, entretanto, 500 anos de existência;
10. esses *slogans*, novamente, mentem;
11. pode haver quem dê crédito à mentira desses *slogans*;
12. estes, têm de ser alertados - pelo editorial.

Se nada é gratuito no discurso ou no texto, procuremos entender como e por que tais mecanismos de implicação são construídos. Trata-se, em princípio, de um enunciador, sujeito narrativo, desejoso de conjunção com o objeto buscado que, no caso dessa totalidade, é a própria soberania. Então, para entender o modo de referencialização da enunciação no enunciado, recuperamos os actantes de um programa narrativo: S1 - enunciador; S2 - enunciador; Ov - soberania, objeto sobre o qual o sujeito se volta exclusiva e intensamente, já que cria o simulacro de mais apegado e aparentemente mais apaixonado.³ O dito, ou o mundo construído pelo dito, deve testemunhar o "a-mais" da relação junctiva "sujeito/objeto" que, por sua vez, marca um modo de dizer. Esse "a-mais", aliás, projetado nos termos sêmicos selecionados no interior do quadrado fundamental "identidade vs. alteridade", axiologiza o eixo "identidade / não-alteridade" como o valor do Bem, para a totalidade *OESP*. Um espaço tímico, no nível das estruturas abstratas, encarrega-se de representar as *manifestações elementares do ser vivo em relação a seu mundo*, como diz Greimas (1983: 95). Esse espaço tímico, na totalidade *OESP*, corresponde, no nível narrativo, ao espaço modal, assim chamado porque aí aparece o sujeito modalizado ou modificado por desejos ou saberes: um sujeito que deseja a própria soberania, ou deseja desejá-la; crê nela, ou nela deseja crer; valoriza um valor, sobre-articulando de maneira própria o espaço tímico em espaço modal. Esse "a-mais" modifica ou modaliza o sujeito da enunciação de qualquer totalidade de discursos, apresentando-o com uma maneira particular de ser. Greimas (*idem: ibidem*) assim se expressa a respeito desse "a-mais", o "excedente de sentido":

A relação entre o sujeito e o objeto, que define o sujeito enquanto existente semioticamente, acha-se assim dotada de um "excedente de sentido", e o ser do sujeito se acha modalizado de uma maneira particular.

Esse "a-mais", relacionado, portanto, à categoria tímica "euforia vs. disforia", constrói o ator da enunciação como "um sistema de atrações e repulsões". A cate-

3 "O sujeito passional (...) volta-se exclusivamente sobre seu objeto" (Bertrand 2000: 242).

goria tímica, considerada, além de primitiva, proprioceptiva, verdadeiramente fundamenta o modo de ser do ator da enunciação. Diz ainda Greimas (1983: 93):

Trata-se de uma categoria (tímica) primitiva, dita também proprioceptiva, com a ajuda da qual se procura formular, muito sumariamente, a maneira como todo ser vivo, inserido num meio, "sente-se" a si e reage a seu contexto, um ser vivo que é considerado como um "sistema de atrações e repulsões".

A proprioceptividade, assim considerada, diz respeito aos movimentos de virtualização/realização na construção do sentido. Importa que esse "a-mais" aspectualiza o ator da enunciação, de maneira a contribuir para a incorporação do *ethos*. No caso *OESP*, um *ethos* dado a falar alto e do alto, enquanto se cumpre o simulacro de cumplicidade de saber partilhado entre narrador e narratário. Firmando, então, o partilhamento pressuposto de informações com o leitor, essa enunciação isenta o enunciado de paráfrases explicativas e, subvertendo a coerção genérica, segundo a qual, na introdução do editorial, costuma-se relatar o fato a ser comentado, uma pergunta subentendida filtra o enunciado já no primeiro parágrafo. Tomando a dianteira argumentativa, tal pergunta projeta o efeito de aproximação desejado: "*Você dá crédito aos representantes dos movimentos ditos populares e de resistência? Não dê!*".

Subsumida por um "eu" inflado, orientada silogisticamente, enfeixa o editorial, uma tese: a culpa da ação dos movimentos populares, concretizados na figura emblemática do MST; culpa em relação aos tumultos das comemorações do Descobrimento, salvas de uma desgraça pelo aparato policial. Para tanto, em todo o enunciado, referencializa-se de maneira intensa essa enunciação, que não esconde a maneira própria de valorizar valores.

Falemos um pouco mais das "alturas" em que se deixa fincar essa enunciação. A partir de um exemplo de determinada toponímia enunciada em: (1) *A cidade (...) suspensa por praças "acima" do mar* ou em (2) *O mar (...) "abaixo" da cidade*, Courtés (1991: 274) afirma haver diferentes pontos de vista impostos pelo enunciador ao enunciatário-observador. Tais pontos de vista, articulados no eixo "alto/baixo" que, por sua vez, homologa-se, nos discursos examinados pelo autor, à categoria tímica "euforia/disforia", apontam para dois espaços de referência do olhar:

no primeiro caso (1), o espaço de referência escolhido é o "mar", portanto, o /baixo/, enquanto que, no segundo (2), será a "cidade", o /alto/: dois pontos de vista diametralmente opostos para exprimir um mesmo dado. Isso posto, optando pelo enunciado (1), o enunciador convida o enun-

ciatário a ver a "cidade" a partir do /baixo/ e, por conseguinte - se se levar em conta os dados semânticos do enunciado enunciado - de um ponto de vista disfórico.

Tomemos, para exemplificar tal toponímia, a *Folha* e *O Estado*, do dia 28 de fevereiro de 2002. Na primeira página de ambos os jornais, uma foto colorida ocupa a extensão de quatro colunas, apresentando em *close* o rosto de uma criança índia, pintado em faixas transversais de cor cinza, as quais recobrem nariz, queixo e faces da criança, deixando apenas a boca à mostra; das têmporas, destacam-se largos traços vermelhos. A foto, cujo enquadramento frontal enfatiza duas lágrimas a escorrer sobre a pintura do rosto, poderia ser considerada idêntica em ambos os jornais, se não se levasse em conta o tratamento dado. Na *Folha*, a foto, que ocupa a parte superior da página, imediatamente abaixo da manchete principal, é expandida pela legenda e respectiva rubrica, que seguem transcritas:

LÁGRIMA PATAXÓ Menina chora durante manifestação de índios em Brasília, em frente ao STF (Supremo Tribunal Federal), que decidiu por unanimidade retomar o julgamento sobre a delimitação de terras indígenas em área no sul da Bahia pág. A15

Em *O Estado*, a mesma foto não apenas perde o *status* de prioridade, já que está inserida na parte inferior da primeira página, como, pela relação sincrética com a legenda, passa a construir outra cena no enunciado e, conseqüentemente, na enunciação. Eis a legenda:

CAMPANHA - Krainini, de 3 anos, participa de manifestação de pataxós da Bahia em defesa de terras, em Brasília pág. A16

A rubrica em tom vermelho e em caixa-alta, do primeiro jornal, recorta o mundo pela "lágrima da pataxó". A rubrica em tom preto, com apenas a primeira letra maiúscula da legenda do *Estadão* recorta o mundo pela "campanha"; lá, privilegiaram-se no primeiro plano da página, a dor e a perda do ator enunciado; cá, no segundo plano, beligerância e disputa. De maneira diferente é avaliado o índio, sujeito em busca da defesa das próprias terras. Mantém-se no primeiro jornal o olhar que privilegia a mediania/baixezia; no segundo, a extraordinariedade/excelência. A diagramação da página formaliza na expressão, o conteúdo, para firmar o semi-simbolismo da mídia.

Um ângulo de visão diferencia a *Folha* de *O Estado*, não apenas a partir da leitura das primeiras páginas, mas também a partir dos editoriais, denunciando um tipo de relação peculiar de cada um desses jornais com o mundo. No último edito-

rial citado de *O Estado* figurativiza-se intensa e desqualificadamente o ator do enunciado, o MST, de maneira que se definem ostensivamente apreciações moralizantes, da responsabilidade da enunciação. A figura do MST constitui-se, no enunciado, por oposição aos valores dados pelos lugares da extraordinariedade / excelência, reinterpretados e re-significados por essa enunciação, como os valores do Bem. Segue mais um fragmento do mesmo editorial.

As comemorações foram tumultuadas pelo MST, cujos porta-vozes vinham prometendo, há semanas, "marcar" a festa dos 500 anos da descoberta do Brasil com uma série de episódios violentos. (...) A sede do Incra em Salvador foi ocupada por um bando armado com foices e facões. Antes disso, a horda invadira e depredara a Secretaria de Segurança Pública do Pará.

Discursivizados com ênfase, os atos do actante do enunciado são interpretados pelo narrador implícito, de tal forma, que se faz expandir o efeito do nefasto, com que é marcada hiperbolicamente a ação do MST. Trata-se de uma enunciação que crê e faz crer no punitivo, como fator de "equilíbrio" de forças: "*não restava às autoridades senão impedir...*". O "olho" do texto, por exemplo, assim conduz a leitura, ajudado pelo visual da frase escolhida: "*Com firmeza, mas sem brutalidade, a polícia baiana garantiu as solenidades*".

Essa voz que, no discurso, impõe-se assumidamente, orienta-se por uma imagem de si mesma, que é a daquele que não tem dúvidas sobre o próprio papel de participante e, não mero espectador, do jogo político legítimo; daquele, cujo olhar vem do topo para baixo; daquele, ainda que, para construir o mundo, o faz de modo mais apegado. Essa enunciação, no modo da verdade, não relativiza nada; ataca e defende, sempre "diretamente". Para atacar, por exemplo, o MST, repele-o com contundência e, ao fazê-lo, demonstra ter trazido o alvo para bem próximo de si.

Pensando numa relação de junção entre o "eu" da enunciação, com o objeto em construção, o enunciado que, por sua vez, cria o "ele" ou o mundo referencial, dizemos que, no editorial de *OESP* o "ele" está mais conjunto ao "nós", numa valorização eufórica da própria junção, o que resulta, no discurso, nessa enunciação mais apegada e aparentemente sem outro compromisso, que não seja o de parecer e ser soberana.

Lembramos o editorial da *Folha*, sobre as mesmas comemorações do Descobrimento, publicado no mesmo dia 25 de abril do ano 2000, sob o título de *Comemoração Asséptica: Poucos dos movimentos que ali estariam fariam protestos pacíficos*; aí, a embreagem no emprego do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito, confirma um tom eufemístico que, nesse contexto, constitui uma das marcas de

atenuação do "eu" que fala. *"Seria mesmo necessário que fossem montadas barreiras? Um bom esquema urbano de policiamento não bastaria? O bloqueio tinha de ser indistinto?"*. Tais perguntas retóricas do editorial da *Folha* acabam por transformar-se em meios para que se realizem marcas de atenuação da enunciação. O objetivo, na *Folha*, é o lamento pela permanência do isolamento das autoridades em relação ao povo, nas comemorações do Descobrimento, lamento, este, configurado numa crítica aliviada. Cumpre, então, ressaltar que a enunciação, por meio dos editoriais, referencializa-se diferentemente no enunciado da *Folha* e de *O Estado*.

Quando se hiperbolizam, em *O Estado*, avaliações pejorativas em relação ao MST, temos marcas de um modo próprio de referencialização da enunciação no enunciado. Demonstram-no figuras escolhidas para concretizar o "ele", o ator enunciado de quem "nós" temos de nos proteger. Vejamos alguns exemplos da sinonímia que, anaforicamente, recupera a figura do MST: "Bando armado com foices e facção" §3; "a horda" §3; "horda" - duas ocorrências §5; "bando de baderneiros" §8; "grupelhos de ativistas" §9. Interessante é notar que se cristalizam, pelos traços sêmicos implícitos ao léxico escolhido, os papéis temáticos do ator enunciado, cujo fazer habitual é figurativizado como aquele que "invade", "seqüestra", "depreda", "mantém pessoas em cárcere privado"; na gradação incorporada pelo assíndeto, a caracterização assustadora; na construção do susto, o desejo de conjunção contínua e próxima com os próprios valores e crenças. Assim podemos entender, mais do que a proximidade, a cumplicidade construída e esperada entre narrador e narratário, anunciada já pelos mecanismos de implicação, apontados no editorial.

Segue agora fragmento do editorial *Síndrome da orfandade*, publicado em *O Estado* no dia 11 de maio de 2002. Observemos como é desenhada a figura do candidato à presidência do Brasil, Lula, nos fragmentos ora apresentados.

Quem queira entender por que não se deve buscar no exterior - nas decisões dos bancos de investimento estrangeiros - mas dentro do próprio País a causa primária da alta do dólar, da queda na Bolsa e do aumento do risco Brasil, basta que atente para os dois fatos amplamente divulgados ontem. De um lado, a fala do petista Luiz Inácio Lula da Silva na sabatina promovida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com os quatro candidatos à Presidência da República. (...)

Na CNI, Lula fez, sem sombra de dúvida, um ortodoxo pronunciamento em defesa da estabilidade econômica e do rigor fiscal. *"O PT mudou, mudou para melhor"*, assegurou o candidato. *"Acho que eu mudei"*, insistiu. Mas foi o PT, associado aos demais partidos da oposição, que pediu ao STF que considerasse inconstitucional a proibição do endividamento do setor público para cobrir despesas correntes, e também o dispositivo da Lei Fiscal que permite reduzir salários e a jornada de trabalho do funcionalismo para conter o inchaço da folha de pagamento - outro pleito concedido pelo Supremo.

Apenas esse exemplo de clamorosa contradição entre as palavras do candidato e os atos concretos de seu partido mais do que justificaria a apreensão dos agentes econômicos nacionais diante do que poderá suceder ao Brasil se as urnas confirmarem o favoritismo de Lula nas pesquisas. A descrença nas promessas de mudanças "para melhor", apregoadas pelo petista, aliada à falta de confiança na sua competência para executá-las, se forem sinceras, é o que faz disparar o alarme que ressoa nos centros financeiros internacionais, desencadeando uma incontida reação em cadeia.

Do enunciado, depreende-se, de um lado, um sujeito que deseja entrar em conjugação com o objeto "estabilidade econômica"; de outro, um anti-sujeito que o impede. Lula, figurativização no enunciado do papel do anti-sujeito, é apresentado como um dos desencadeadores do "risco Brasil" e, portanto, toma corpo mediante a desqualificação discursiva, à medida que são consolidadas tanto a descrença em suas promessas, como a crença na sua incompetência para executá-las; ainda, e mais que isso, a desconfiança na sua sinceridade ao formular tais promessas. Eis um anti-sujeito que, promovendo o afastamento do objeto em relação ao sujeito, aumenta a falta e, conseqüentemente, a tensão conjunta entre os actantes.

Por um modo de dizer recorrentemente enfático, firmam-se, "no" e "pelo" discurso, lugares enunciativos que, juntamente com a imagem-fim desenhada pela totalidade enunciada, constroem o estilo *OESP*. A imagem-fim do ator da enunciação apóia-se, nesse caso, no simulacro do participante do jogo político legítimo. Tal simulacro, aliás, insere-se em outro, o do pertencimento a um espaço de preeminência/superioridade, que se opõe ao de inferioridade/mediania. Assim se configura um modo altivo e tenso de ser do ator da enunciação, para o qual os movimentos populares se apresentam como anarquia e baderna, e para o qual não há dúvida quanto à incompetência de um candidato a Presidente do Brasil. Esse é o narrador do texto que, em confluência com o enunciador, organiza o mundo de maneira peculiar, resultando num *ethos* ostensivamente crítico: um ator que crê-saber e faz-criar que sabe; que crê querer-ser e faz-criar que é um "indivíduo" com corpo, voz e caráter próprios, o que, nessa totalidade, conflui para um modo de ser altivo. Na base narrativa, está um programa narrativo, em que um sujeito, S1, o enunciador, leva outro, S2, o enunciatário, a entrar em conjugação com o valor da própria soberania, objeto considerado desejável, possível e indispensável por esta enunciação.

No que diz respeito à espera, que marca a trajetória do sujeito em busca do objeto, dizemos tratar-se, em *OESP*, de uma espera retensiva. Pensando na acepção de reforço do prefixo "re", uma espera reforçada, ou mais tensa, o que, no discurso, conflui com a figura do enunciador desejoso de proximidade e cumplicidade com o

enunciatório; de um enunciador, cuja voz, coincidente com a do narrador, constrói um mundo, acerca do qual só se admitem certezas: o simulacro da impermeabilidade crítica, portanto.

Observemos a figura de outro político, candidato à presidência do Brasil, construída num fragmento do editorial *Mentira tem perna curta*, publicado em *O Estado* numa quinta-feira, dia 8 de agosto de 2002, p. A3:

Parafrazeando Fernando Pessoa, é o caso de dizer que Ciro Gomes mente tão completamente que ele próprio já não deve saber a diferença entre realidade e fingimento. Pois, ainda no debate (ocorrido no domingo anterior na Rede Bandeirantes) assegurou que não ofende ninguém. À parte o comentário chulo sobre Antonio Carlos Magalhães, se ofensa não é, o que será então chamar alguém de "ser desprezível", como fez com o presidente Fernando Henrique?

A compulsão por reescrever a história e reinventar o sentido das palavras o levou a se gabar na terça-feira que "tem a responsabilidade de ter serenidade" - enquanto este jornal "depois que assumiu o patrocínio da candidatura oficial, tem passado um pouco da conta em sua serenidade"⁴ numa alusão ao editorial *Fertando com o fascismo*, do último dia 30, sobre o autoritarismo dos seus exóticos planos de reforma institucional. Pois esse tão sereno candidato (...) escancarou todo o seu egocêntrico voluntarismo, uma ameaça à democracia que o Brasil bem conhece, ao responder: "Não tenho compromisso com ninguém, nem do meu partido..." Pôde-se ouvir aí o eco das vozes de Janio Quadros e de Fernando Collor.

Fala volumosamente, num tom mais alto, assume-se mais acachapante, um discurso que, ao criticar, chama "os baixos" de mentirosos e fingidos. Autoriza-se a si mesmo de maneira contundente pelo metadiscurso, à proporção que se deixa perceber como um "eu" que, maximamente desejoso de junção com um "tu", constrói um enunciado e, pelo modo de fazê-lo, deixa aí marcas. Essa relação "eu/tu" que, nesse caso, configura-se como "eu + tu", fundindo-se num "nós", discursiviza-se como modo de presença, pautado por aparente celsitude. Há, então, um "ele", *actante do enunciado, aquele de que 'eu' e 'tu' falam*" (Fiorin: 1996: 60). Por meio da relação com o "ele", o "nós" significa. "Ele" é o referente construído pelo discurso, nunca apriorístico ou externo, lembremos. No modo próprio de construir o "ele", o "eu" deixa marcas de avaliação sobre o mundo; no caso, as de hiperbolização, ligadas a certa altura hierárquica do dizer.

Quer a figura eleita para referencializar a enunciação no enunciado seja o MST, quer seja Lula ou Ciro Gomes, a apreciação sobre elas emerge das marcas da enun-

4 Aqui também a verdade é um pouco diferente. O jornal não assumiu o patrocínio de nenhuma candidatura. Apenas, em editorial, manifestamos a opinião de que José Serra é o candidato mais bem preparado para governar o país.

ciação, tão mais fortes, quanto mais se impõe a repulsa por esses atores. Aí está uma voz aparentemente "do alto", se se pensar numa toponímia discursiva, ou no lugar da enunciação reconstruído por simulação no enunciado. Trata-se de uma voz categórica, aparentemente sem dúvidas, essa que faz-creer serem renegados "os baixos", vistos como o alvo da crítica. Importa que há um corpo que se mostra firme, não-hesitante, pleno de certezas, no dizer e no dito; há uma enunciação que, no modo da verdade, firma-se absoluta, mesmo porque coincidem enunciador e narrador, implícitos na totalidade enunciada. Eis como se esboça uma antroponímia enunciativa, ou a representação de esquemas corporais de uma enunciação. Para temporalizar as relações narrativas dessa totalidade, vemos, mais do que o tempo presente ou o do agora do ato de dizer, o aspecto: jamais o pontual e, sim, o durativo e contínuo, para que se construam tais esquemas corporais, prioritariamente referentes ao processo de construção do sentido. O programa narrativo de base da totalidade é temporalizado no discurso pela sucessão do sema aspectual da duratividade do fazer do ator da enunciação. Isso justifica, no discurso, o inacabamento, ou a imperfectividade de um fazer e de um ser, fundamentos do processo recorrente, que constitui qualquer estilo. Isso também justifica o estado de espera, que marca esse fazer e ser contínuo e recorrente, para que a unidade de sentido se estabeleça dentro da totalidade.

DA CERTEZA E DA PROBABILIDADE; DA COMPETÊNCIA E DA APTIDÃO

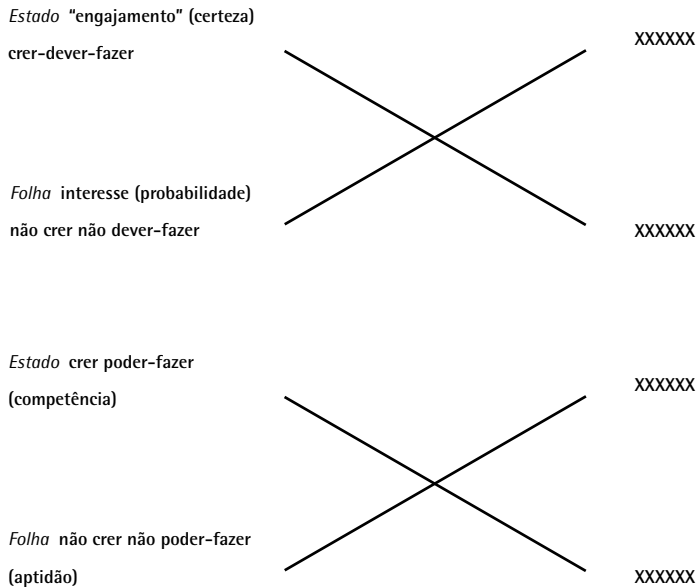
Voltando às charges, vale, para elas e para a totalidade *FSP* que elas representam, o efeito de humor cáustico, que não perdoa nem tragédias sociais, como é o caso da retomada de manchetes sobre enchentes na cidade de São Paulo e guerra planejada dos EUA contra o Iraque. Na charge do 31 de janeiro de 2003, por exemplo, uma placa com a indicação São Paulo – Centro emerge de um rio de águas barrentas, em que executivos viajam com pastas a voar pelos ares, transportados por uma *banana-boat*, no centro da cidade em dia de chuva; na de 21 de janeiro de 2003, em primeira prancha, o Presidente Lula fala pelo telefone com o Presidente Bush: "*Presidente Lula?*" "*Pois não!*" "*O que você vai fazer hoje?*" Sorri o presidente norte-americano, enquanto carrega uma caixa de jogo bélico em cuja tampa, ao lado da figura da bandeira dos EUA, é estampada de maneira hiperbólica a palavra *war*, cercada por mísseis e canhões. Nas mãos do chargista Glauco, as manchetes que antecederam tais charges tornam-se instrumento de desqualificação das autoridades administrativas implicadas no caso das enchentes da cidade de São Paulo e

no caso da guerra projetada pelos EUA. Tal comportamento robustece um *ethos*, pelo modo recorrente de construir o mundo: no dia 28 de setembro de 1999, por exemplo, o mesmo chargista toma uma manchete do jornal do dia anterior, sobre a miséria brasileira, acompanhada pelas fotos, em dois momentos, de um menino subnutrido, no colo de uma enfermeira responsável por uma ONG. Cada foto traz o menino, primeiro, com 8 meses e pesando 3 quilos e 800 gramas; depois, com 5 quilos e oitocentos gramas e com 1 ano e três meses de idade. A charge, feita por meio de duas pranchas, apresenta, na primeira, o presidente Fernando Henrique Cardoso, com os braços finos à mostra, enorme chupeta na boca, macacão cheio apenas de fraldas na parte abdominal que, recontextualizando desajeitadamente a figura masculina, sugere a genitália presidencial, construindo, pela inadequação e pela hipérbole, o grotesco, juntamente com o efeito de humor; um grotesco rabelaisiano, aliás. O baixo material e corporal contribui para o efeito de derrisão da charge, da qual a segunda prancha figurativiza FHC e ACM, Antônio Carlos Magalhães, então presidente do Senado. Está representada a fragilidade imanente de FHC que, para governar, deixa-se infantilizar no colo da "babá". Se tudo é relativizado pelo riso, o papel da "*majestade emblemática*" (Landowski: 95: 60) do ator do enunciado, FHC, torna-se suspeitável, assim como acontece com Bush, na outra charge.

Assim o faz a enunciação também no editorial e na primeira página da totalidade *FSP*. Em se tratando de primeira página, por exemplo, no dia 22 de abril de 2000, data emblemática da tematização dos 500 anos de Brasil, a *FSP* indica a vulnerabilidade da "majestade" do presidente, frente aos conflitos que cercavam a festa do Descobrimento; o corte da foto secundária, que é a do presidente, privilegia a expressão de alegria e espontaneidade inadequadas, dado o contexto construído na própria página, formado de "*barreiras montadas no acesso a Porto Seguro para dificultar a entrada dos manifestantes*", como diz a legenda da foto principal. Este jornal, então, concedendo maior investimento espacial de diagramação para esta foto, na metade superior da página, com um soldado que, com o fuzil, corta transversalmente a cena, faz suspeitar, sem denunciar, circunscrevendo-se à dimensão da probabilidade, não da certeza. Em *O Estado* do mesmo dia, o corte da foto principal da página, que é a do presidente, privilegia a *inquietação* (do presidente) *em relação às ameaças de protesto contra* (ele mesmo), como diz a legenda. Diferentemente da *Folha*, na totalidade *Estado*, quer seja na primeira página, quer no editorial, não oscila a enunciação, que permanece na modalidade do crer-dever-ser, a da certeza, quando julga; no caso, defendendo, o ator do enunciado, mas procedendo da mesma forma, quando acusa, quando denuncia.

Tomamos, para as observações sobre as chamadas modalidades epistêmicas,

orientadas pelo crer, conceitos de Greimas (1986: 142-143). A propósito, na mesma citação, Greimas projeta, em quadrados semióticos, as chamadas modalidades éticas, em que, subsumido pelo sujeito da enunciação, o crer sobredetermina enunciados deónticos, como dever-fazer e poder-fazer. Reproduzimos parcialmente os quadrados projetados, privilegiando as modalidades consideradas relevantes para a construção do ator da enunciação de *O Estado* e da *Folha*



Se o sujeito crê-dever-fazer, ele se insere no pólo do engajamento; se ele não crê não-dever-fazer, ele se insere no pólo do interesse; o primeiro, por similaridade de posição sintática no quadrado semiótico, corresponde a um estado de certeza; o segundo, à probabilidade. Consideramos que, no primeiro, está reservado o lugar do ator de *O Estado*; no segundo o da *Folha*. Prossegue Greimas e projeta outro quadrado das modalidades éticas, desta vez pelo crer modalizando o poder-fazer: se o sujeito crê poder-fazer, está fincado "no" e "pelo" sentimento de competência, correlato ao engajamento e à certeza; se o sujeito não crê não-poder-fazer, o sentimento que o define é menos ostensivo que o da competência, é sentimento de aptidão. A esta, correspondem, no pólo do outro quadrado das modalidades éticas, aquele do interesse, que se liga, por complementaridade, ao do engajamento; e, no quadrado das modalidades epistêmicas, ao pólo da probabilidade que, também pela

complementaridade, liga-se à certeza. No sentimento de aptidão, e não de competência, é que são definidos os limites éticos do ator da enunciação da *Folha*; o inverso é verdadeiro para *O Estado*.

O ator da enunciação da *Folha*, fundamentado mais pela probabilidade do que pela certeza em relação ao ator do enunciado, relaciona-se, outrossim, ao sentimento de aptidão, enquanto em *O Estado*, ele se define mais pela certeza, relacionada ao sentimento de competência, constituindo, então, cada totalidade, um *ethos* diferente. O *ethos* do sentimento de aptidão apresenta-se como aquele que tem determinada faculdade, ou propensão, ou tendência, ou habilidade para interpretar o mundo. O *ethos* da competência apresenta-se como aquele que tem autoridade, ou capacidade, ou poder, ou, como diz Robert (1996: 442), de quem extraímos as acepções para aptidão e competência, "*conhecimento aprofundado, reconhecido, que confere o direito de julgar ou de decidir em certas questões*".

O modo de ser crítico não poderia, na *Folha*, circunscrever-se a um dever-ser, predicado alheio a uma práxis enunciativa que euforiza a instabilidade, por euforizar o riso. A propósito, valorizada euforicamente a disjunção do sujeito em relação ao objeto, encontramos, no discurso, um ator da enunciação que, para fazer rir, usa até cenas da desgraça social do povo brasileiro, mantendo-se delas também em distanciamento emocional e em desaparego aparentes, como acontece nas charges. Com tais relações, é construído o ator da enunciação nos jornais, sob a perspectiva dada por determinados gêneros midiáticos, como a primeira página e a página dita de opinião, esta que é construída em função de editoriais, ou de editoriais que se expandem em charges.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de (1988). *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual.
- BERTRAND, Denis (2000). *Précis de sémiotique littéraire*. Paris: Éditions Nathan HER.
- COURTÉS, Joseph (1991). *Analyse sémiotique du discours*. Paris: Hachette.
- FLORIN, José Luiz (1996). *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática.
- GREIMAS, Algirdas Julien (1983). *Du sens II*. Paris: Seuil.
- _____ (1986). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, v. II.
- LANDOWSKI, Eric (1992). *A sociedade refletida* (trad. de Eduardo Brandão). São Paulo: Educ/Pontes.
- _____ (1995). Não se brinca com o humor: a imprensa política e suas charges. *Face - revista de semiótica e comunicação* - v. 4 / nº 2. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, PUC - SP, p. 64 - 95.

MAINGUENEAU, Dominique (1995). *O contexto da obra literária* (trad. de Marina Appenzeller). São Paulo: Martins Fontes.

ROBERT, Paul (1996). *Le nouveau Petit Robert. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Paris: Dictionnaires Le Robert.

NORMA DISCINI é professora do Departamento de Lingüística da FFLCH da USP. Publicou, entre outros, os seguintes livros: *Leitura do mundo - ensino fundamental* (1999); *Intertextualidade e conto maravilhoso* (2002).

normade@uol.com.br

*Artigo enviado em junho e
aprovado em dezembro de 2002.*